



PEDIDO DE INFORMAÇÕES Nº 64/2026

Assunto: Requer informações sobre as providências adotadas diante das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos repasses à Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, referentes ao exercício de 2022.

CONSIDERANDO a prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar atos, ações, parcerias, obras e contratos firmados pelo Poder Executivo;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir transparência e ampla divulgação das ações e dos gastos públicos à população;

CONSIDERANDO que a Primeira Câmara do TCESP, em sessão realizada em 02/07/2024, no Processo TC-000647.989.24-3, julgou irregulares as contas de repasses públicos à Santa Casa referentes ao exercício de 2022;

CONSIDERANDO que tal decisão foi ratificada pelo Tribunal Pleno em 04/03/2026, com certidão de trânsito em julgado em 20/03/2026;

CONSIDERANDO as graves falhas apontadas pela auditoria, que incluem a ineficácia da intervenção municipal, com passivo a descoberto de R\$ 64.800.409,14, a “quarteirização” ilegal da gestão e a divergência de dados financeiros entre os sistemas SisRTS e AUDESP; e

CONSIDERANDO a determinação expressa do TCESP para que a Prefeitura apresentasse, no prazo de 60 dias, o resultado de processo administrativo ou sindicância para apuração de responsabilidades e indicação das medidas adotadas,

REQUEREMOS ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Jacareí o seguinte Pedido de Informações:

1. O TCESP determinou que a Prefeitura apresentasse, no prazo de 60 dias, o resultado de processo administrativo ou sindicância para apuração de responsabilidades sobre as falhas na execução dos Convênios nºs 1.065.00/2018 e 1.054.00/2021. Encaminhar cópia integral do relatório final desse procedimento e informar quais medidas punitivas ou corretivas foram adotadas em relação aos gestores responsáveis.
2. Considerando que as falhas relacionadas à “quarteirização” já haviam sido apontadas em 2019 e voltaram a ser identificadas em 2022, quais



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Pedido de Informações nº 64/2026 - Vereador Luís Flávio (Flavinho) - fls. 2/3

foram os fundamentos administrativos para a manutenção do modelo de gestão apontado como irregular pelo Tribunal?

3. A empresa Elisete Sgorlon Serviços Administrativos e de Escritórios Eireli - ME, ou seus sócios, ainda prestam serviços à Santa Casa ou ao Município?
 - 3.1. Em caso positivo, detalhar os objetos contratuais vigentes.
 - 3.2. Quais mecanismos de controle foram implementados para garantir que a administração da Santa Casa não transfira novamente suas atividades administrativas precípua a empresas privadas sem amparo legal?
 - 3.3. Encaminhar cópia integral de todos os contratos de prestação de serviços atualmente vigentes na Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, incluindo seus respectivos termos aditivos.
 - 3.4. Em qual seção específica do Portal da Transparência podem ser localizados os contratos mencionados na pergunta anterior, bem como as notas fiscais e comprovantes de pagamento a eles vinculados? Informar a URL exata.
 - 3.5. Considerando que o TCESP apontou a ausência de regulamentos próprios de compras e de contratação de pessoal em 2022, encaminhar cópia dos regulamentos atualmente vigentes e informar a data em que foram publicados oficialmente.
4. Existem contratos vigentes com empresas privadas para a execução e observância de diretrizes de gestão ou para funções administrativas similares às exercidas pela empresa Elisete Sgorlon em 2022?
 - 4.1. Em caso positivo, encaminhar cópia dos instrumentos contratuais, a fim de permitir a verificação das medidas adotadas para impedir nova ocorrência de “quarteirização”.
5. A Santa Casa disponibilizou em seu endereço eletrônico o Estatuto Social atualizado, os planos de trabalho e os regulamentos próprios de compras e de contratação de pessoal, conforme exigido pela Lei Federal nº 12.527/2011 e apontado como ausente pelo TCESP?



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Pedido de Informações nº 64/2026 - Vereador Luís Flávio (Flavinho) - fls. 3/3

- 5.1. Em caso positivo, informar os links diretos no Portal da Transparência em que o cidadão pode consultar o Estatuto Social atualizado da Santa Casa, os planos de trabalho e os regulamentos de compras e de contratação de pessoal.
- 5.2. Em caso negativo, justificar a ausência dessas informações.
6. Encaminhar relação detalhada de todos os prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas, contratados com recursos dos Convênios nºs 1.065.00/2018 e 1.054.00/2021 no exercício de 2022, contendo o objeto do serviço e o valor total pago a cada um.
7. Com a promulgação da Lei Municipal nº 6.656/2024, qual é o cronograma detalhado para a quitação do passivo a descoberto mencionado pelo Tribunal?
 - 7.1. Como a Prefeitura justifica a manutenção de repasses extraordinários ao final do exercício para cobertura deficitária, prática apontada pelo Tribunal como incompatível com os princípios da transparência e da legalidade?
8. Quais medidas técnicas foram adotadas para sanar as divergências de valores entre o sistema SisRTS, utilizado pela Santa Casa, e o sistema AUDESP, utilizado pela Prefeitura, garantindo a concordância das contas?
9. Qual é o montante atualizado da dívida da Santa Casa após a obtenção do Certificado de Regularidade Fiscal em 2023 e o parcelamento mencionado nos autos do processo?

Ao aguardo de manifestação, subscrevemos.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2026.

LUÍS FLÁVIO (FLAVINHO)
Vereador - PT

Documento assinado digitalmente, nos termos da legislação vigente. Verifique a validade da(s) assinatura(s) em: validar.iti.gov.br